XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo, 2017.

Política Pública de Extensão Rural e Assistência Técnica para a Produção Orgânica de Alimentos no Sudoeste do Paraná - Brasil.

Mônica Aparecida Bortolotti, Almir Cléydison Joaquim Da Silva y Nilson Maciel De Paula.

Cita:

Mônica Aparecida Bortolotti, Almir Cléydison Joaquim Da Silva y Nilson Maciel De Paula (2017). *Política Pública de Extensão Rural e Assistência Técnica para a Produção Orgânica de Alimentos no Sudoeste do Paraná - Brasil. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-018/1552

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org.



POLÍTICA PÚBLICA DE EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA DE ALIMENTOS NO SUDOESTE DO PARANÁ - BRASIL

Grupo de trabajo: 05. Desarrollo Rural y cuestión agraria

Mônica Aparecida Bortolotti

monica_economia@yahoo.com.br Universidade Federal do Paraná - Brasil

Almir Cléydison Joaquim da Silva

almirjoaquim@gmail.com Universidade Federal do Paraná - Brasil

Nilson Maciel de Paula

nilson@ufpr.edu.br Universidade Federal do Paraná – Brasil



RESUMO

Com o objetivos de levantar, descrever e analisar as condições das Políticas Públicas da extensão rural e assistência técnica para a produção orgânica de alimentos no Sudoeste do Paraná - Brasil, foi realizado a pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados primários através de entrevista semi estruturada com agricultores pertencentes ao Projeto Repensa, que atua no município de Irati, Paraná, tendo como principais resultados: identificou-se que as entidades públicas, como a EMATER, ao longo do tempo, reduziu gradativamente a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, e hoje, segundo os entrevistados, esse serviço é mínimo ou inexistente nos agroecossistemas de hortaliças orgânicas no Sudoeste do Paraná, e destacaram que atualmente este serviço é prestado pela ONG ECOVIDA, que além da assistência técnica e extensão rural proporciona a certificação da produção para a comercialização, uma conquista fundamental para a sustentabilidade do agroecossistema. Somado a este fato, por não depender de insumos externos para o desenvolvimento da produção, os pesquisados ressaltaram a dificuldade de financiamentos para a produção e a falta de recursos e subsídios para a capacitação dos produtores. Todos os agricultores pesquisados ressaltam que não existe uma política pública de incentivo a produção orgânica local, o que limita o acesso a informações sobre o sistema. O que existe são políticas que facilitam a comercialização, como o Projeto de Aquisição da Merenda Escolar orgânica, porém limitado ao período de atividade escolar. Portanto, conclui-se que existe a necessidade de desenvolvimentos de políticas públicas de financiamento e de incentivos econômicos para atender as demandas da Produção orgânica.

Palavras chaves: Agricultura Familiar; Desenvolvimento; Produção Orgânica

ABSTRACT

With the goal of getting up. describe and analyze the conditions of the Public Policies of the rural extension and technical assistance for the organic production of food in the Southwest of Paraná - Brazil, a bibliographical, documentary and primary data survey was carried out through a semi structured interview with farmers belonging to the Repensa Project, which operates in the municipality of Irati, Paraná, with the main results: it was identified that public entities such as EMATER, over time, gradually reduced the provision of technical assistance and rural extension services, and today, according to the interviewees, this service is minimal or non-existent in organic vegetable agroecosystems in the Southwest of Paraná, and they emphasized that currently this service is provided by the NGO ECOVIDA, which besides the technical assistance and rural extension provides certification of production for commercialization, a fundamental achievement for the sustainability of agroe cossystem. Added to this fact, because they did not depend on external inputs for the development of production, the respondents highlighted the difficulty of financing for production and the lack of resources and subsidies for the training of producers. All farmers surveyed stress that there is no public incentive policy for local organic production, which



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

limits access to information about the system. What exists are policies that facilitate marketing, such as the Organic School Lunch Procurement Project, but limited to the period of school activity. Therefore, it is concluded that there is a need for the development of public financing policies and economic incentives to meet the demands of organic production.

Keywords: Family Agriculture; Development; Organic Production

1 INTRODUÇÃO

Em 1936, Lasswell inclui no arcabouço teórico a expressão análise de política pública (policy analysis), com o objetivo de integrar e estabelecer o diálogo entre o conhecimento científico (cientistas sociais) com o conhecimento empírico das ações governamentais (cientistas sociais, grupos de interesse e governo). Já em 1957, Simon (1979), complementa e salienta a racionalidade limitada dos tomadores de decisões públicas (policy makers), que se configura pelo acesso de informações incompleta ou fragmentada, o tempo de execução e o auto interesse, e que isso pode ser minimizado dado as ações racionais dos agentes.

Porém Lindblom em 1959 passa a questionar a ênfase que era dada a racionalidade limitada e considera relevante as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, através das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Seis anos depois a política pública passa a ser definida como um sistema por Easton (1965) ao considerar uma integração entre formulação, resultados e o ambiente, que são influenciadas por grupos de interesse, mídia e grupos partidários. Portanto, um dos conceitos de política pública mais reconhecido é aquele desenvolvido por Laswell (1936), que considera, que a política pública tem o objetivo de responder aos questionamentos quanto quem ganho o quê, por quê e que diferença faz as decisões dos agentes públicos.

Fundamentado na evolução conceitual de políticas públicas, fundamenta-se a Lei Federal nº 11.326, em 24 de setembro de 2006, que apresenta e estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares, através da identificação de específicas

3



necessidades que foram pautadas para que a agricultura familiar brasileira possa se desenvolver e ser amparada através do Estado, bem como o Decreto Federal Nº 7794, de 20 de agosto que 2012, o estado institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que em seu artigo primeiro, destaca que a intuição desta política objetiva a integração, a adequação bem como a articulação de políticas, programas e ações que promovam a transição agroecológica e de produção orgânica, para com isso, promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para a qualidade de vida da população, através do fornecimento de alimentos saudáveis e com o uso sustentável dos recursos naturais. Ainda, conforme o parágrafo único deste mesmo artigo, o decreto salienta que a referida política será implementada através da cooperação das esferas governamentais (União, Estados e Municípios) bem como as organizações da sociedade civil e outras entidades privadas.

Para Caporal (2009, p.24), a assistência técnica e extensão rural é um bem público "A capacidade de socialização e a possibilidade de massificação de informações e conhecimentos de interesse público, assim como de oportunidades de acesso a outros serviços, fortalecem a ideia de que a Extensão Rural é um Bem Público". A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), enfatiza como missão dos serviços de ATER a promoção e o incentivo a participação dos agentes através de metodologias participativas e educativas, para a integração da dinâmica social, econômica e cultural, proporcionando o reconhecimento dos agentes sociais em seu ambiente, assim executando práticas sustentáveis com o intuito de fortalecer a agricultura familiar e as organizações. Assim, a abordagem da produção orgânica de alimentos e a produção de alimento convencional não devem ser debatidas sob a polaridade, mas sim, uma alternativa para produção em agroecossistemas de configuração familiar com o intuito do desenvolvimento rural sustentável e promoção da segurança alimentar da população.

Nesta perspectiva, destacam-se os trabalhos de Goodman (2002) e Goodman e Dupuis (2012) que ressaltam os mercados alternativos para o sistema de produção, comercialização e consumo de alimentos, focalizando nos modos de vida, nos mercados e nas ações dos produtores e consumidores, assim a sociologia rural propõe uma mudança no consumo através de produção de alimentos certificados, formação de produtos singulares, cadeias curtas de abastecimento, além de



atividades não agrícolas como o turismo gastronômico, configurando-se mercados diferenciados, com relação aos processos e forma e formas de produção, de distribuição e de agregação de valor, porém com objetivos em comum, tais como a valoração social e cultural dos territórios e da economia local, acesso a alimentos com qualidade nutricional e segurança alimentar.

A agricultura com base e princípios agroecológicos surge como proposta alternativa ao modelo tradicional que consequentemente é também excludente. O conceito de agroecologia surge conforme Leff (2002, p.39), com "a fusão entre a "Empiria Camponesa" e a "Teoria Agroecológica" estabelecendo um desenvolvimento alternativo ou um Desenvolvimento Rural Sustentável". Para Castilhos e Ramos (2003), a agricultura orgânica -agricultura sustentável com princípios agroecológicos - almeja a segurança alimentar, pois concomitantemente, sem comprometer os níveis tecnológicos, fornece alimentos mais saudáveis e conserva os recursos naturais.

Assim, a agroecologia é apresentada como uma alternativa a crise da modernidade que corresponde às ações coletivas de manejo dos recursos naturais, através da prática participativa do processo produtivo até a circulação e o destino do produto final (Hernández, 2012). Para Muniz (2003), a extensão rural, deve ser efetivada através de práticas que atendam as novas concepções que se apresentam sobre: "a ciência e a tecnologia, sobre as instituições e a gestão dos recursos comuns, a pesquisa tecnológica, a reflexividade coletiva e a propensão em tratar as questões na sociedade agrária como riscos coletivos e não como questão de ordem" (Muniz, 2003, p.6).

A sustentabilidade deve ser compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação têm, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais) de se inserir no processo geral de desenvolvimento. Em outras palavras, sustentabilidade deve ser entendida como a capacidade de uma região de construir o seu padrão de desenvolvimento, num padrão de desenvolvimento diferenciado (Becker, 1997).

Long (2007) salienta que o desenvolvimento de modelos de intervenção realizados pelo Estado estão implicitamente e/ou explicitamente baseados em fundamentos teóricos que



representam as constantes mudanças sociais e através delas, o desenvolvimento é o objetivo final, portanto, a formulação de políticas públicas representa modelos racionais que se fundamentam na condição de quanto maior o nível informacional e reflexivo analítico sobre a mesma, mais eficaz serão para as mudanças por elas almejadas.

Com o embasamento teórico histórico a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil se constitui em períodos distintos, como descrito por Caporal (1998) sendo, a Extensão Rural Conservadora e a Nova Extensão Rural; definido por de Rodrigues (1997) em três fases da extensão rural como 1ª Humanismo assistencialista (1948 -1962), 2ª Difusionismo Produtivista (1963 – 1984), 3º Humanismo Crítico (1985 – 1989) e complementada por Nunes, Grígolo e Gnoatto (2013), com a introdução da 4ª fase, sendo o Humanismo Crítico (2ª etapa) - no período de 1990 – 2012.

Segundo Nunes, Grígolo e Gnoatto (2013), a partir de 2004 a ATER configura-se, pela ascensão de representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e Sindicatos a cargos executivos os ideais de humanismo crítico se fortalecem; pela ampliação de insumos químicos na agricultura familiar motivado pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO); Cresce o número de máquinas agrícolas financiadas pelo PRONAF; e em função da abertura comercial e fortalecimento de agroindústrias, é demandado profissionais de Ater para atender as legislações sanitárias e ambientais e não comprometer as exportações.

Assim, verificando-se que o objetivo é atender a produção em escala convencional para a demanda externa e não apresenta a importância da produção alternativa de alimentos, bem como o atendimento fragmentado da demanda por esses serviços como verifica-se em inúmeros trabalhos tais como os que utilizaram-se da metodologia denominada Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS) (MASERA, ASTIER e LÓPEZ-RIDAURA, 2000). Estudos de Pereira e Mantins (2010), Verona (2012), Camelo e Cândido (2012), Pasqualotto (2013), Silva, Silva e Herrera (2013) Corá (2014) que salientam a atuação ou a omissão da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) conforme segue:



Pereira e Martins (2010), avaliaram a sustentabilidade de agroecossistemas que cultivam arroz orgânico no município de Ermo no Estado de Santa Catarina, e utilizaram-se de dezenove indicadores de sustentabilidade, e dentre as dimensões pesquisadas, com destaque a falta de capacitação e assistência técnica, somados aos indicadores de saúde e remuneração da mão de obra familiar.

Camelo e Cândido (2012) estudaram o monocultivo na produção de abacaxi em agroecossistemas de base familiar no município de Touros na Região de Mato Grande/RN, sob a condição de sequeiro, com a adoção de técnicas de irrigação, em 16 agroecossistemas, e identificaram como limitações os recursos naturais (solo, água, uso e conservação da terra) os recursos financeiros, a qualidade de vida e a organização e a gestão do agroecossistema. Este resultado reforça a necessidade da diversificação das atividades em agroecossistemas familiares e a importância da intervenção da assistência técnica e extensão rural.

Silva, Silva e Herrera (2013), analisaram o impacto da produção orgânica em 14 agroecossistemas no município de Medicilência /Pará, através de uma avaliação multidimensional da sustentabilidade, utilizando-se da metodologia MESMIS, e os resultados indicam que a produção orgânica impacta de forma positivamente na sustentabilidade dos agroecossistemas, desencadeando em alterações nas dinâmicas produtivas bem como no modo de vida das famílias. Também Pasqualotto (2013), chama a atenção para um dos fatores limitantes para a sustentabilidade nos seis agroecossistemas pesquisados no Sudoeste do Paraná sob a perspectiva da assistência técnica, onde três agricultores destacaram não receber este serviço e os outros três recebem visitas raras do serviço público municipal.

Da mesma forma Corá (2014), analisou a sustentabilidade nos mesmos agroecossistemas que Pascoalotto (2013) e constatou que o desempenho dos índices de sustentabilidade manteve-se entre regular e desejável no período de 2011 a 2014. Especificamente, com relação à assistência técnica no período de 2013 a 2014, os agroecossistemas 01, 03, 04 e 05 foram atendidos de forma ocasional e de acordo com a demanda, pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), sendo este uma ONG, localizada no município de Verê/PR.



Conforme Bianchini (2005) a agricultura familiar brasileira ao longo de sua história configurou-se por inúmeros entraves tais como: a baixa capitalização dos agricultores, acesso ao crédito, utilização de tecnologias, disparidades produtivas Inter regiões, fornecimento de assistência técnica e extensão rural pública, bem como acesso ao mercado. Além disso, a agricultura familiar deve ser entendida e associada a uma unidade de produção e consumo, bem como uma unidade de produção e reprodução social (Denardi, 2001).

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi: Levantar, descrever e verificar se os agricultores que comercializam na Feira Livre do município de Irati, são assistidos de assistência técnica e extensão rural pública e quais são os reflexos na produção e comercialização. E os objetivos específicos foram: Levantar a trajetória da assistência técnica e extensão rural no processo de produção e comercialização de produtos agroecológicos da Feira Livre do município de Irati; Descrever os limites e possibilidades apontadas pelo público envolvido; Verificar, se o público pesquisado visualiza reflexos da assistência técnica e extensão rural pública no processo de produção e comercialização.

2 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Atendendo ao problema de pesquisa, os objetivos propostos e os procedimentos metodológicos, chegou-se aos seguintes resultados. Para levantar a trajetória da ATER nos agroecossistemas foi realizada uma entrevista semi-estruturada com oito feirantes - conforme Apêndice A - que comercializam os produtos agroecológicos em três feiras livre no município de Irati (alguns comercializam em mais de uma feira livre).

Todos os pesquisados demostraram conhecimento sobre a qualidade dos alimentos que são produzidos no sistema agroecológico e destacaram a preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos com a utilização de agroquímicos. Os feirantes também salientam que a motivação recente - estão comercializando a produção agroecológica a menos de dez anos - é reflexo do



avanço da consciência ambiental dos mesmos ao longo do tempo, que foi aguçada pelas palestras e seminários que profissionais da assistência técnica e extensão rural promoveram para a minimização da racionalidade limitada dos mesmos relativa ao conhecimento de técnicas de manejo e plantio das cultura agroecológicas.

Além da consciência ambiental também destacaram problemas de intoxicação agroquímica de integrantes da família, como um dos fatores determinantes para o ingresso na produção agroecológica. Todos os pesquisados destacaram que antes da adesão a produção de alimentos agroecológicos os mesmos cultivam fumo, cultura altamente dependente de agroquímicos.

Evidencia-se através desta contextualização uma correlação entre a razão de ser da política pública, que é de atender a atores sociais que necessitam de informações e conhecimento como destacado no artigo primeiro da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Inicialmente a produção de alimentos agroecológicos eram combinados com o cultivo do fumo e posteriormente, tornou-se a principal atividade econômica, com a exclusão do cultivo de fumo e a visualização de ganhos com a comercialização, destacaram todos os feirantes. O cultivo de produtos agroecológicos ainda aumentou a diversificação das atividades hortifrúti nos agroecossistema, o que fortaleceu a agricultura familiar. A produção de excedente de alimentos levou os agricultores a comercializarem a sua produção nas feiras livres de Irati. Atualmente todos os agricultores comercializam apenas nas feiras, pois o volume de produção é totalmente demandado por este canal de comercialização. Por ser a principal fonte de renda dos pesquisados, a comercialização de alimentos agroecológicos representa entre 70 e 80% da renda das famílias e o restante é obtido através de aposentadoria e/ou pensões.

Assim, verifica-se que o cultivo de alimentos agroecológicos promove a diversificação das atividades agrícolas e a geração de renda para as famílias, e em consequência promove o desenvolvimento sustentável das agroecossistemas. Porém a falta de sucessão geracional preocupa a continuidade das atividades, pois 75% dos pesquisados possuem mais de 55 anos e manifestaram desejo de deixar a atividade.



De acordo com os pesquisados ao longo de toda a trajetória agroecológica nos agroecossistemas o acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sempre foi pública, pois os mesmos destacam não dispor de recursos financeiros para o pagamento. Além da ATER pública os feirantes salientam que existe uma troca de conhecimento de práticas e manejos de produção entre os feirantes, que também contribui para a redução da racionalidade limitada dos mesmos. Assim, verifica-se que a Ater como um bem público é de suma importância para os pesquisados.

Ao discutir e se pesquisar sobre agricultura agroecológica, é fundamental que o pesquisador esteja preparado para equiparar o conhecimento científico com o conhecimento do saber local que os agricultores conseguem gerar, ou seja, é indispensável compreender a agroecologia através da abordagem interdisciplinar e isso corresponde a superar as limitações da própria ciência (Leff, 2002 e Gomes, 2002).

Aos descrever sobre a trajetória da assistência e extensão rural no processo de produção e comercialização de produtos agroecológicos nas feiras livre de Irati, os feirantes apontaram agentes do processo, que foram: a) Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); b) A Prefeitura Municipal de Irati (secretaria da agricultura); c) O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), d) Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); e f) Instituto Federal (IF) campus de Irati, conforme figura 01.



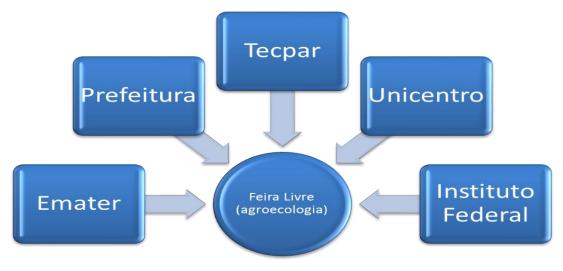


Figura 01. Instituições que contribuíram na trajetória da Assistência Técnica e Extensão Rural para a produção e comercialização de produtos agroecológicos em Feiras

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Características das Instituições que contribuíram na trajetória da Assistência Técnica e Extensão Rural para a produção e comercialização de produtos agroecológicos em Feiras:

a) Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER);

A missão do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) é da promoção do desenvolvimento Rural Sustentável, coordenando, e articulando a assistência técnica e extensão rural no estado. A EMATER possui três funções estruturais:

- Operar políticas públicas: A extensão rural oficial, como mecanismo instituído pela Constituição Estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, tem como função institucional executar políticas públicas junto a população do meio rural, priorizando na ação as populações menos favorecidas;
- Orientar os agricultores em sistemas de produção: orientação e assistência técnica aos agricultores em sistemas de produção que viabilizem negócios e proporcionem renda e bem estar aos agricultores, suas famílias e entidades de representação e de organização, e preservem



os recursos produtivos e ambientais. No processo de orientação aos agricultores a extensão rural oficial privilegia projetos, selecionados para cada região e para cada município do estado, que sustentem o desenvolvimento local e regional; e, por fim,

- Articular e Coordenar o Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural Lei Estadual
 de Assistência Técnica e Extensão Rural Lei de ATER, caberá ao Instituto EMATER articular
 e coordenar a construção e execução do Plano Estadual de ATER, em conjunto com as demais
 organizações, visando organizar os serviços de ATER para aumentar a abrangência e melhoria
 de sua qualidade) (Emater, 2015).
 - b) A Prefeitura Municipal de Irati (secretaria da agricultura e meio ambiente);

A prefeitura municipal de Irati através da secretaria da agricultura e meio ambiente disponibiliza profissionais para assistência técnica e extensão rural conforme a demanda dos agricultores, mas limitada a disponibilidade de recursos para deslocamento e prestação de serviços. No caso dos feirantes, os mesmos recebem auxilio para o transporte de mercadoria até o local de comercialização.

c) O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR),

O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), certifica produtos orgânicos desde 2001, e seu principal foco é fortalecer à agricultura familiar. O Instituto coordena o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, que tem como parceiros as Universidades Estaduais (no caso específico a certificação está vinculada a UNICENTRO Guarapuava) e o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA). A certificação para agricultores familiares do estado é ofertada de forma gratuita, e objetiva promover a inserção dos produtos orgânicos no mercado, com o selo "Orgânico Brasil". Dos pequenos produtores paranaenses, a certificação basicamente é feita em olericulturas, como: cenoura, beterraba, alface, rúcula, couve, salsinha, cebolinha, chicória, almeirão, pimenta, inhame, feijão-vagem, pepino, manjericão, mandioca, chuchu, brócolis, jiló, berinjela, tomate cereja e abobrinha. Além das frutas: morango, laranja, figo, limão, mexerica, banana, mamão, maracujá e goiaba. (TECPAR, 2015)



d) Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); e

Em 2009 foi instituído pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) a Feira Agroecologica, que inicialmente acontecia no Campus de Guarapuava e posteriormente foi implementada em Irati com a finalidade de contribuir na formação dos acadêmicos e da sociedade, para a prática cidadã e ambiental, bem como proporcionar a integração entre a comunidade universitária, instituições ligadas à agricultura familiar, sociedade e agricultores, além de motivar por meio de diálogos e troca de experiências e por fim contribuir para a comercializar hortaliças e frutas produzidas sob manejo orgânico em propriedades de agricultores familiares.

f) Instituto Federal (IF) campus de Irati.

O Instituto Federal, campus de Irati, oferece o curso de Curso Técnico em Agroecologia desde 2011, que objetivo de promover a agricultura de forma sistêmica, considerando a dimensão ecológica, social, econômica, cultural, política e ética e os diferentes campos de conhecimento e de saberes. O Curso deseja promover a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos além da formação e democratização do conhecimento aos povos do campo, bem como na potencialização dos recursos endógenos à unidade de produção e vida familiar e redução de custos de produção, no autoconsumo e a na diversificação da produção, além da atuação e agregação de valores em todas as fases do processo produtivo, com o intuito de promover o desenvolvimento do espírito cooperativo entre os agricultores e promover a interação campo cidade, que desencadeia a valorização e recriação da cultura local, assim coo a preservação do meio ambiente e no resgate e desenvolvimento de recursos genéticos. Portanto, o mesmo se justifica em função da necessidade de disponibilizar à comunidade profissionais qualificados tecnicamente para atuar em projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável baseado nos princípios da Agroecologia (IF, 2015).

Portanto, de acordo com os feirantes são esses cinco agente que contribuem para o fortalecimento do cultivo agroecológico nos agroecossistemas. Considerando que cada um dos agentes possuem limitações em suas ações, ou seja, racionalidade limitada. Existe um esforço dos



mesmos para atender satisfatoriamente as necessidades dos feirantes no processo de produção e comercialização dos produtos, porém as ações de mudanças políticas apresentam fragmentação das ações desenvolvidas.

Após levantar as instituições que fizeram parte da trajetória da Assistência Técnica e Extensão Rural entre os feirantes, os mesmos apontaram limites e possibilidades a caracterizam tal processo. Entre os pesquisados os fatores limitantes e as possiblidades foram citadas conforme sintetizadas no quadro 01.

Entidades	Limites	Possibilidades
EMATER	Descontinuidade na atividade; Rotatividade de profissionais; Ações não sistêmicas;	Orientação para agregação de valor aos produtos; Orientações para programas de comercialização;
PREFEITURA MUNICIPAL	Descontinuidade na atividade; Rotatividade de profissionais; Ações não sistêmicas;	Fornecimento de carros para transporte de produtos; Fornecimento de espaço para comercialização;
TECPAR	Dificuldade de acesso a informações; Rotatividade de profissionais; Ações não sistêmicas; Restrição para a certificação	Acompanhamento para a certificação;
UNICENTRO	Comercialização descontínua; Projetos específicos com limitações;	Facilitador de acesso a Informações Incentivo a produção e comercialização
INSTITUTO FEDERAL	Acesso às informações para não alunos; Orientações à atividade econômica apenas; O retorno das demandas não são adequados.	Formação de profissionais para auxiliar futuramente os produtores agroecológicos

Quadro 01. Limites e possibilidades da trajetória

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)



Os pesquisados destacaram que os fatores limitantes da atuação da EMATER é a descontinuidade de programas e atividades desenvolvidos nos agroecossistemas e que essas descontinuidades são motivadas pela rotatividade de profissionais para prestar o serviço de ATER, o que resulta em ações não sincronizada de orientação de cultivo e manejo das culturas (entrevistados 01, 03, 04, 06, 07 e 08). Portanto a rotatividade de profissionais condiciona que o acesso a informações passa a ser incompleta ou fragmentada.

Já os benefícios identificados pela atuação da EMATER é que os mesmos proporcionam ao feirantes acesso a informações sobre novos processos de produção que contribui para ganhos de produtividade das culturas agroecologias e assim gera agregação de valor ao produto no momento da comercialização. (entrevistados 01, 02, 04, 05, 06 e 07).

Para todos os feirantes as limitações da atuação do serviço de ATER da Prefeitura municipal são semelhantes a EMATER. O que diferencia é que a prefeitura fornece carros para o transporte dos produtos, o que viabiliza a logística de comercialização da produção além de fornecer gratuitamente o espaço para que se possa realizar a comercialização direta aos consumidores. Para os feirantes essa ação é considerada extremamente necessária pela viabilidade de deslocar a produção do campo até o comércio.

Assim como apontado como fatores limitantes pelos serviços de ATER da EMATER e Prefeitura Municipal os feirantes consideram que existe dificuldades para o acesso a informações do processo de certificação da produção agroecológica na TECPAR, porém os que dispõe de certificação (entrevistado 01 e 03) consideram o TECPAR como uma entidade fundamental para que a certificação possa ser mantida e ampliada ao logo do tempo.

A UNICENTRO, devido a seu calendário acadêmico, não proporciona aos feirantes público para que a feira aconteça semanalmente durante todos os meses do ano, o que para os pesquisados (entrevistados 02 e03) é algo limitante, pois precisam realocar a produção, além do Projeto de Feira na Universidade ser um projeto de extensão, o que não garante a permanência da feira para o ano



seguinte. Apenas dois dos oito pesquisados comercializam na feira sediada no Campus da Universidade (pesquisado 02 e 03). Cabe ressaltar que os demais feirantes participam sempre que acontece palestras informativas de orientação para o mercado e atividades excepcionais no campus, como eventos paralelos na universidade.

O Instituto Federal é visto por todos os feirantes como uma aposta para a melhoria da ATER pública no longo prazo, pois forma profissionais qualificados e especializados no cultivo agroecologico, porém os feirantes lamentam a falta de uma integração direta com os produtores atualmente, segundo eles poderia ter mais palestras e orientações práticas do manejo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo a problemática proposta constata-se com a pesquisa que os agricultores que comercializam produtos agroecológicos na Feira Livre no Município de Irati são assistidos pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública por cinco agentes: Emater, Prefeitura Municipal, Tecpar, Unicentro e Instituto Federal, ou seja, o Decreto Federal Nº 7794, de 20 de agosto que 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), está sendo cumprido para o público pesquisado, pois o mesmo ressalta a importância do acesso a ATER porém não determina parâmetros de qualidade dessa ATER.

Os pesquisados verificam limitações e possibilidades referente ao serviço de ATER ao longo da trajetória e apontam limitações relevantes, ressaltando que a principal instituição responsável pela ATER pública, a Emater, apresenta comportamento de ações generalista, sem programas específicos para atender aos agroecossistemas de produção agroecológica, realizando ações esporádicas de acordo com a demanda dos interessados. O Instituto Federal, limita-se ao ensino formal, e não a programas de extensão, porém no longo prazo disponibilizará profissionais para atender a demanda local. Já o Tecpar, orienta e gerencia a certificação da produção quando for solicitada. A Unicentro, estabelece um canal facilitador a comercialização, através da estrutura



La sociología en tiempos de cambio

física e promove encontro de debate e formação entre os demais agentes e os feirantes. Já prefeitura, apresenta participação mais passiva no processo limitando-se basicamente a fornecer transporte para a comercialização da produção.

Assim, contata-se que os incentivos a comercializações são maiores do que o incentivo à produção, já que a ATER é limitar e não contínua, e que existe necessidade de avanços na qualidade do serviço prestado. Portanto, constata-se que o decreto de um serviço público, não garante que o mesmo esteja sendo prestado com excelência.

Por fim, conclui-se que o avanço da produção agroecológica entre os feirantes ao longo da trajetória foi mais um processo de conscientização da importância de diversificação das atividades agrícolas na agricultura familiar e o não uso de agroquímicos do que o apoio direto e contínuo da ATER pública, apesar do reconhecimento de que ela contribui e reflete para o processo de minimização da racionalidade limitada dos feirantes.

Portanto, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), através dos atores sociais identificados pelos feirantes, está contribuído sistematicamente para que os mesmos obtenham conhecimento e informações com relação aos sistema de cultivo e comercialização dos produtos orgânicos e assim, a racionalidade limitada é minimizada e a promoção do desenvolvimento dos agroecossistemas é promovida.

Como proposição a novas pesquisas destaco a complementariedade da analise através da avaliação quali quantitativa dos agroecossistemas através da metodologia de Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS).

4 REFERÊNCIAS

Becker, D. F. (Org.) (1997) Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade? Santa cruz do sul: EDUNISC.



Bianchini, V. (2005) O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural. Rio de Janeiro. *Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia*. Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe

Brasil. (2004) Ministério de Desenvolvimento Agrário. Marco Referencial em Agroecologia. Brasília.

Brasil. (2006) *Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.* Recuperado em 10 dezembro, 2015, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm

BRASIL. (2004) Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER.

Caporal, F. R. (1998) La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 517 p. Tese (Doutorado)-Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, Isec-Etsian, Universidad de Córdoba, España, 1998. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://www.Emater.tche.br/site/arquivos pdf/teses/Dou Francisco Caporal.pdf

Caporal, F. R. (2009) Recolocando As Coisas Nos Seus Devidos Lugares: Um Manifesto Em Defesa Da Extensão Rural Pública E Gratuita Para A Agricultura Familiar. IN: CaporaL, F. R; Costabeber, J. A; Paulus G.. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília.

Castilho, M. L; Ramos, J. M. (2003) Agronegócio e desenvolvimento sustentável. Francisco Beltrão: Unioeste.

Denardi, R. A. (2001) Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62.

Eastone, D. (1965) A Framework for Political Analysis. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Gomes, W. H. (2002) Desenvolvimento Sustentável, Agricultura e Capitalismo. In: GUIVANT, J. S. Riscos dos pressupostos realistas. Austrália: *Anais... Trabalho apresentado no Congresso Mundial da International Sociological Association*, Brisbane, Austrália

Goodman, D. (2003) The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v.19, n.1, p. 1-7



Goodman, D.; Dupuis, M. (2002) Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. *Sociologia Ruralis*, v.42, n.1, p. 5-22.

Hamerschmidt, I.et al. (2012) *Manual de Olericultura Orgânica*. EMATER – PR, 129 p. Curitiba - PR

Laswell, H.D. (1958) *Politics: Who Gets What, When, How.* Cleveland, Meridian Books. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://www.urbooklibrary.com/signup?ref=4986441&q=chapter%201%20politics%20who%20gets %20what,%20when,%20and%20how%20chapter%20overview.

Leff, E. (2002) *Agroecologia e saber ambiental*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1.

Lindblom, C. E. (1959) *The Science of Muddling Through. Public Administration Review* 19: 78-88. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://texaspolitics.utexas.edu/archive/html/bur/features/0303 02/muddling.html

Masera, O.; Astier, M.; López-Ridaura, S. (2000) Sustentabilidad Y Manejo De Recursos Naturales: El Marco De Evaluación MESMIS. México: Mundi Prensa.

Manzini, E.J. (2003) *Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada*. In: Marquezine: M. C.; Almeida, M. A.; Omote; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: edue.

Muniz, J. N. (2003) Extensão Rural: A área problema VS o problema de conhecer. In: *Anais...SOBER*.

Nunes, S.P.; Grícolo, S.C.; Gnoatto, A.A; (2013) A reorganização dos serviços de ater no Sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista na agricultura. IN: Nunes, S.P.; Grícolo, S.C.; (Org) *Assistência técnica e extensão rural no sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos.* Ijuí : Ed. Unijuí. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://paginapessoal.utfpr.edu.br/sidemar/Sidemar Nunes Serinei Grigolo ATER%20no%20Sul%20do%20Brasil.pdf/view

Pasqualotto, N. (2013) Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas hortícolas, com base de produção na Agroecologia e na agricultura familiar, na microrregião de Pato Branco – PR. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de:



http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/452/1/PB_PPGDR_M_Pasqualotto,%20Nayara_201_3.pdf>

Pereira, V. S. e Martins, S. R (2010) . Indicadores de sustentabilidade do agroecossistema arroz orgânico com manejo de água contínuo na bacia do Araranguá (SC) mediante aplicação da metodologia MESMIS. IN: *Revista Brasileira de Ciências Ambientais* - Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://www.rbciamb.com.br/images/online/RBCIAMB-N15-Mar-2010-Materia06 artigos229.pdf

Rodrigues, C. M. (1997) Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8963/5075.

Silva, M. C. do C; Silva, L. M. S, Herrera, J. A.(2013) Avaliação de sustentabilidade de agroecossistemas orgânicos. IN: *VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia* — Porto Alegre/RS, Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15118/9811

Silva, R. F. da e Silva V. P. da. (2012) Agroecossistemas Familiares do Agreste Potiguar: Um estudo sobre a sustentabilidade em Bom Jesus – RN. IN: *Anais VII CONNEPI - Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação* Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewfile/937/1057

Simon, H. A.(1979) Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: FGV.

Tecpar. (2015) *Certificação Orgânica*. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://portal.tecpar.br/tecpar-amplia-atuacao-na-area-de-certificacao-de-organicos/>